

Ruanda consolida presença em Moçambique em meio à deterioração das suas relações com os vizinhos RDC e Uganda

- Entre acordos de assistência judiciária e de extradição, protocolos de cooperação parlamentar e manifestação de interesses económicos e empresariais, Ruanda vai cimentando a sua presença em Moçambique, numa altura em que as suas relações com os vizinhos República Democrática do Congo (RDC) e Uganda voltaram a deteriorar-se devido a novas tensões político-militares.



Foi justamente através da componente militar Ruanda inaugurou a sua presença em Moçambique, quando em Julho de 2021 o regime de Kigali iniciou o destacamento de um contingente de 1.000 homens para apoiar as forças moçambicanas na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado¹. Três meses depois do primeiro destacamento, o Presidente Paul Kagame afirmou que o número de tropas ruandesas que combatem em Cabo Delgado tinha aumentado para dois mil homens².

Enquanto prossegue a frente militar, Kigali vai abrindo novas portas. Esta semana, o Alto-Comissário do Ruanda em Moçambique anunciou que a partir de Agosto a companhia de bandeira Rwandair Express vai iniciar voos directos entre Kigali e Maputo.

“Gostava de dizer que a nossa companhia aérea ruandesa vai iniciar voos directos Maputo - Kigali, o que vai impulsionar a movimentação de pessoas e bens e estimular o comércio. Em princípio, será na primeira semana de Agosto. Os moçambicanos que têm passaporte normal podem viajar sem precisar de visto. Estamos a discutir com a contraparte, para ver se conseguimos ter a mesma facilidade para os ruandeses”³.

Na mesma ocasião, o diplomata ruandês manifestou o interesse de Kigali em explorar o Porto de Nacala, no norte de Moçambique. “Acreditamos que o Porto de Nacala, com águas profundas, pode ajudar nesta cooperação. Acreditamos que o comércio entre os países africanos pode gerar emprego para os povos africanos, em particular os moçambicanos e contribuir para a economia dos países”⁴.

Mas os sinais da frente económico-empresarial começaram em Março deste ano, quando a Africa Intelligence informou que a construtora ruandesa NPD integrou, à última da hora, a lista de empresas que estavam a concorrer para a realização de trabalhos preparatórios no projecto de GNL em Moçambique. Descrita como sendo próxima ao Presidente ruandês, a NPD é uma das maiores construtoras do Ruanda, destacando-se em obras de grande vulto como barragens, estradas e pontes⁵.

Em finais de Maio, uma missão empresarial composta por 50 empresários ruandeses esteve em Maputo, onde participou do Fórum de Negócios Moçambique – Ruanda.



Liderados pela Ministra do Comércio e da Indústria, Habyarimana Uwamaliza Béata, os empresários ruandeses manifestaram interesse de explorar oportunidades de negócios nas áreas de agricultura, agro-processamento, tecnologias de informação e comunicação, turismo, energias renováveis, petróleo & gás, infra-estruturas, logística, transportes, indústria têxtil e vestuário⁶.

No início de Junho, a Presidente da Câmara dos Deputados do Ruanda, Donatille Mukabalisa, também esteve em Maputo, onde assinou, com a Presidente da Assembleia da República, Esperança Bias, um Protocolo de Cooperação que irá viabilizar a troca de experiências e conhecimentos sobre as actividades parlamentares através da organização de missões técnicas e do desenvolvimento de outras formas de cooperação.

Um dos pontos interessantes do Protocolo é a necessidade de os dois Parlamentos comprometerem-se em “trocar regularmente impressões e concertar posições sobre questões internacionais, especialmente as relacionadas com as zonas geográficas comuns e sobre matérias de interesse comum nos fóruns internacionais em que estiverem representados”⁷.

Enquanto em Maputo era assinado o protocolo de cooperação entre os Parlamentos de Moçambique e do Ruanda, em Kigali os Governos dos dois países assinavam um tratado de extradição e um acordo de assistência

jurídica em matéria penal. Do lado moçambicano, os dois instrumentos foram assinados pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Mateus Kida, e da parte do Ruanda assinou a Ministra de Estado responsável pelos Assuntos Constitucionais e Jurídicos no Ministério da Justiça, Soline Nyirahabimana⁸.

Os acordos (extradição e assistência jurídica) abrangem todos os tipos de crimes, incluindo aqueles relacionados com o genocídio do Ruanda ocorrido em 1994. A Ministra ruandesa elogiou o acordo afirmando que revela um aumento de segurança para os Estados. “Esses acordos significam que Ruanda e Moçambique estão agora a salvo de criminosos, o que significa que nossos cidadãos se sentirão seguros”⁹.

A assinatura do tratado de extradição interessa mais ao Ruanda do que a Moçambique. Trata-se de um acordo que vai permitir a extradição de cidadãos ruandeses refugiados em Moçambique há muito procurados pelas autoridades ruandesas devido aos seus posicionamentos políticos. São, na verdade, ruandeses críticos ao regime de Paul Kagame e que encontraram em Moçambique um local seguro para escapar à perseguição política.

Antes mesmo da assinatura do tratado de extradição, o Governo moçambicano já vinha facilitando o assassinato e/ou desaparecimento forçado de opositores e críticos de Paul Kagame no território nacional. Por exem-

¹ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/MILITARIZACAO-DE-CABO-DELGADO_-880-militares-e-120-policias-do-Ruanda-3.000-militares-da-SADC_-E-agora-Senhor-Presidente-isto-nao-e-uma-salada-de-intervencoes.pdf

² <https://www.africa-press.net/mozambique/video/nearly-2000-rwandan-troops-fighting-insurgency-in-mozambique>

³ <https://www.opais.co.mz/voos-directos-maputo-kigali-a-partir-de-agosto/>

⁴ <https://www.opais.co.mz/voos-directos-maputo-kigali-a-partir-de-agosto/>

⁵ <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-empresa-ruandesa-pretas-a-entrar-no-neg%C3%B3cio-do-g%C3%A1s/a-61042170>

⁶ <https://evidencias.co.mz/2022/06/01/access-bank-apoia-camara-de-comercio-no-acolhimento-de-missao-empresarial-do-ruanda/>

⁷ <https://www.parlamento.mz/?p=2991>

⁸ <https://www.newtimes.co.rw/news/rwanda-mozambique-sign-agreements-reinforce-justice>

⁹ <https://www.newtimes.co.rw/news/rwanda-mozambique-sign-agreements-reinforce-justice>

plo, no dia 13 de Setembro de 2021, Revocant Karemangingo, empresário e vice-presidente da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique (ARRM), foi assassinado a tiro perto da sua residência, no Bairro Liberdade, Cidade da Matola.

Tal como aconteceu em outros assassina-

tos e desaparecimentos forçados de refugiados ruandeses em Moçambique, o caso do vice-Presidente da ARRM não foi investigado pelas autoridades moçambicanas e os autores materiais nunca serão conhecidos¹⁰. Poucos dias depois do assassinato de Revocant karemangingo, a comunidade ruandesa

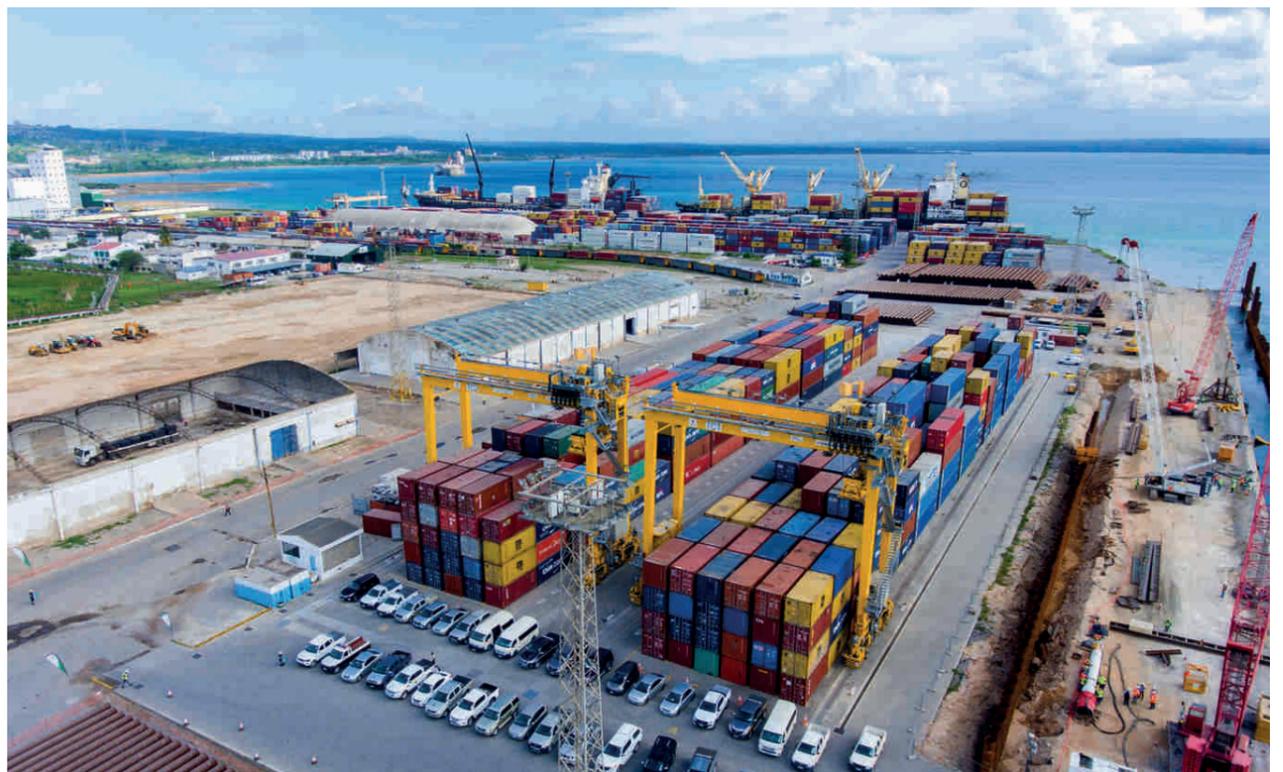
em Moçambique denunciou a existência de uma lista de 20 refugiados ruandeses identificados como alvos a serem eliminados pelos esquadrões de morte do Governo de Paul Kagame. A lista foi elaborada pelo regime de Kigali e inclui refugiados ruandeses que estão em Moçambique e em outros países africanos.

Ruanda recebe cerca de 171 milhões de dólares das Nações Unidas referentes aos reembolsos pelos custos das operações de manutenção de paz

A principal fonte de financiamento da intervenção das tropas ruandesas em Cabo Delgado ainda não foi oficialmente revelada. Em Setembro de 2021, durante as celebrações do Dia das Forças Armadas de Moçambique, Paul Kagame e Filipe Nyusi reiteraram que a presença de tropas ruandesas surge no contexto das boas relações bilaterais entre os dois Estados e a mesma é financiada pelo Governo ruandês e não acarreta custos futuros para Moçambique¹¹.

Mas a verdade é que Ruanda não está a investir milhões de dólares na intervenção militar em Cabo Delgado sem uma perspectiva de custo-benefício, ainda que seja a médio ou a longo prazo. Aliás, os acordos que vai somando em várias frentes em Moçambique podem ser parte da factura que Maputo deve pagar pelo apoio militar em Cabo Delgado.

Com um exército altamente preparado para lidar contra a insurgência e extremismo violento, Ruanda é um dos principais Estados que contribuem com tropas para as missões de manutenção da paz das Nações Unidas. Antes do destacamento de mil homens para Moçambique, havia cerca de 6.550 militares do Ruanda servindo nas Nações Unidas, a maioria em pontos críticos como o Sudão do Sul, a região de Darfur (Sudão) e a República Centro-Africana¹². Por sua vez, a Polícia



Nacional de Ruanda participou em missões de restabelecimento da paz e segurança na Costa do Marfim, Mali, Libéria, Sudão do Sul e Haiti, e tem destacamentos na sede das Nações Unidas em Nova Iorque¹³.

A participação do Ruanda em várias missões de paz é financiada pelas Nações Unidas, e o

Governo de Kigali usa parte dos fundos para modernizar as suas forças armadas e a Polícia. Por exemplo, no presente ano de 2022 Ruanda vai receber o equivalente a 171 milhões de dólares das Nações Unidas referentes aos reembolsos pelos custos das operações de manutenção da paz¹⁴.

¹⁰ <https://cddmoz.org/refugiados-ruandeses-denunciam-lista-com-alvos-do-regime-de-kigali-e-pedem-intervencao-do-estado-mocambicano-2/>

¹¹ <https://cddmoz.org/governo-deve-informar-os-mocambicanos-sobre-acordos-assinados-com-regime-de-kigali-durante-a-visita-de-paul-kagame-2/>

¹² <https://www.opais.co.mz/as-tropas-de-ruanda-transcendem-blocos-para-unir-a-africa/>

¹³ <https://www.opais.co.mz/as-tropas-de-ruanda-transcendem-blocos-para-unir-a-africa/>

¹⁴ <https://www.newtimes.co.rw/news/how-20212022-budget-will-be-financed>

Deterioração das relações entre Ruanda e vizinhos (RDC e Uganda)

Enquanto consolida a presença em Moçambique, o regime de Kigali vai assistindo à deterioração das suas relações com os países vizinhos, principalmente a República Democrática do Congo (RDC) e Uganda. A nova vaga de tensões político-militares surgiu eclodiu em Novembro de 2021, quando os rebeldes do Movimento 23 de Março (M23) atacaram posições militares das Forças Armadas da RDC no norte da província de Kivu, junto à fronteira com Uganda e Ruanda.

Uma pesquisa da Africa Center¹⁵, a eclosão dos ataques ocorreu no mesmo mês em que as forças do Uganda foram enviadas para Kivu para perseguir as Forças Democráticas Aliadas (ADF), um grupo rebelde de Uganda que também opera naquela província da RDC. Em Outubro e Novembro de 2021, Uganda foi alvo de ataques suicidas e o Presidente Yoweri Museveni atribuiu ao ADF.

Em Março de 2022, o M23 havia ocupado algumas áreas importantes junto à fronteira com Uganda e Ruanda. A RDC acusa Ruanda de reestruturar e armar o M23 na sua mais recente investida. Aliás, conforme revela a Africa Center, um grupo de peritos do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a RDC já havia implicado o Governo de Kigali no apoio ao M23. Alguns dos principais comandantes do M23 já serviram na Frente Patriótica de Ruanda (RPF), o partido no poder no Ruanda¹⁶.

A deterioração da segurança no leste da RDC levou a Comunidade da África Oriental a decidir, em Junho último, enviar uma força regional sob o comando do Quênia para restaurar a estabilidade. As disputas pela influência político-militar na região dos Grande Lagos entre o Uganda e Ruanda é visto como o principal factor da instabilidade no leste da RDC.

Os dois Estados são acusados de apoiar grupos rebeldes que lutam pelo controlo da região de Kivu em recursos naturais, como ouro, coltan, tântalo e diamantes. Os esforços do Presidente congolês Félix Tshisekedi para permitir que Uganda, Burundi e Ruanda operassem em conjunto na província de Kivu sob supervisão da RDC falhou devido a disputas entre Uganda e Ruanda¹⁷.

Além do interesse pela estabilidade no leste da RDC, as disputas entre Ruanda e Uganda em território alheio também podem ser explicadas por interesses económicos, nomeadamente o acesso exclusivo às ricas áreas de



RDC teve de encerrar a fronteira com Ruanda devido à deterioração das relações político-militares



Angola tenta mediar a crise dos vizinhos RDC, Ruanda e Uganda

mineração de Kivu. Há evidências que sugerem que facções rebeldes apoiadas por Uganda e Ruanda – incluindo o M23 – controlam cadeias de suprimentos estratégicos, mas informais, que vão das minas no Kivu para os dois países. Os insurgentes usam os lucros do tráfico de ouro, diamantes e coltan para comprar armas, recrutar e controlar mineiros artesanais e pagar funcionários corruptos das alfândegas e da fronteira congolosa¹⁸.

Investigações das Nações Unidas apuraram que Uganda e Ruanda exportam produtos que não produzem, o que sugere uma economia ilícita de minerais extraídos no leste da RDC. Aliás, em Fevereiro de 2022, o Tribunal Internacional de Justiça ordenou que Uganda pagasse 325 milhões de dólares à RDC pelo seu papel nos conflitos entre 1998 e 2003, que incluem a morte de milhares de civis, o financiamento de grupos rebeldes e

¹⁵ <https://africacenter.org/spotlight/rwanda-drc-risk-of-war-new-m23-rebellion-emerges-explainer/>

¹⁶ <https://africacenter.org/spotlight/rwanda-drc-risk-of-war-new-m23-rebellion-emerges-explainer/>

¹⁷ <https://africacenter.org/spotlight/rwanda-drc-risk-of-war-new-m23-rebellion-emerges-explainer/>

¹⁸ <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/29/rwandans-fear-leaving-their-homes-in-congo-as-anger-grows-over-rebel-attacks>

a pilhagem de ouro, diamantes e madeira¹⁹.

Ruanda também foi mencionado em relatórios das Nações Unidas como um dos Estados que tem obtido lucros com minerais contrabandeados da RDC para financiar grupos rebeldes e reforçar as suas próprias exportações. Relatórios da ONU mostram que a maior parte do coltan traficado da RDC acaba em Ruanda.

Em Junho de 2021, os presidentes Kagame e Tshisekedi assinaram um acordo à luz do qual

a Dither Ltd., uma empresa considerada próxima dos militares ruandeses, iria refinar o ouro produzido por Sakima, no leste da RDC, como forma de privar o acesso de grupos rebeldes. O acordo colocava Ruanda numa posição estratégica para controlar toda a cadeia de suprimentos – um movimento que muitos acreditam ter irritado Kampala. No entanto, o acordo foi suspenso no início de Junho de 2022 devido a alegações da RDC de que Ruanda estava apoiando o ressurgimento do M23²⁰.

Ainda no mês passado, Ruanda e a RDC acusaram-se mutuamente de disparar foguetes através da fronteira comum. As autoridades da RDC também alegaram que Ruanda enviou centenas de soldados disfarçados para o território congolês. No dia 17 de Junho, a RDC fechou a sua fronteira com Ruanda depois de um soldado congolês ser assassinado a tiro em território ruandês na sequência de um suposto incidente com guardas ruandeses da fronteira²¹.

¹⁹ <https://africacenter.org/spotlight/rwanda-drc-risk-of-war-new-m23-rebellion-emerges-explainer/>

²⁰ <https://africacenter.org/spotlight/rwanda-drc-risk-of-war-new-m23-rebellion-emerges-explainer/>

²¹ <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/29/rwandans-fear-leaving-their-homes-in-congo-as-anger-grows-over-rebel-attacks>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autora: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

